

que está a decorrer e que é correcto orientarmos para uma classe média, classe média alta e outro segmento para uma classe muito alta. Isso é muito necessário para uma cidade como o Funchal porque atrás desse investimento temos mais pessoas a fixarem-se no Funchal, cria mais postos de trabalho e empresas. Esse é um segmento do problema, outro é a construção que vamos fazer, através da Sociohabita, para habitação social. Só no programa '1º Direito' temos em construção 202 novos fogos de habitação social, em várias freguesias. Um investimento superior a 28 milhões de euros. Conjuntamente com as verbas do Plano de Recuperação e Resiliência estão previstas mais habitações. Para além disso, temos cinco edifícios adquiridos na freguesia de S. Pedro que vão dar origem a 24 fogos e temos prevista a construção de habitação jovem, no centro do Funchal, em cooperativa, como fizemos na nossa primeira passagem no Funchal.

E o arrendamento? Na componente social, uma coisa que temos estado a trabalhar muito é o apoio ao arrendamento. No subsídio social de arrendamento, temos mais de 880 processos activos em que o município do Funchal ajuda as famílias carenciadas que não possam pagar as

ao longo de oito anos, foram amortizando. Como está a dívida? Começando pelo primeiro ponto, quando eu aqui cheguei, em 2005, a câmara tinha cerca de 92 a 95 milhões de dívida. Quando saímos, em 2013, a dívida estava praticamente no mesmo nível, com um resultado positivo que é o facto de, durante esses oito anos, termos investido muito na cidade do Funchal, em termos de infra-estrutura. Houve anos com investimento público superior a 30 milhões de euros. O que assistimos, nos últimos oito anos, foi uma inércia no investimento público, praticamente não houve investimento. O que se viu anunciado foi uma redução de dívida que resultou do Programa de Ajustamento Económico Local (PAEL) que o município do Funchal conseguiu negociar, não por dificuldades económicas, mas pelos bons níveis financeiros. Era o PAEL II e o município do Funchal foi o que beneficiou de mais verbas, ao nível nacional, pelos indicadores financeiros que tínhamos nessa altura. Não foi um programa de ajustamento imposto, foi uma benesse que tivemos por termos as contas organizadas. O que não estávamos à espera era que nesta redução de dívida, anunciada pelo anterior executivo, estivessem 34 milhões de euros de facturas es-

EE

FALAMOS FOI DE 1.500 LUGARES DE ESTACIONAMENTO NA BAIXA DO FUNCHAL

O QUE ASSISTIMOS, DEPOIS DE 2013 ATÉ 2021, FOI UMA COMPLETA ESTAGNAÇÃO

obras para inaugurar. Quando o dr. Paulo Cafôfo aqui chegou, em 2013, beneficiou de muita coisa que estava a decorrer. Tal como quem vier a seguir a mim vai beneficiar de muita coisa que estamos a fazer. Isso é normal e quem não aceita isso é porque não aceita os ciclos governativos.

Neste momento como é que estão as contas da câmara? É evidente que tivemos um acréscimo muito substancial de custos, os 34 milhões de dívida foram todos contabilizados. Agora, a nossa preocupação é encontrar soluções para o cumprimento dessas dívidas. Temos a casa organizada, o trabalho do departamento financeiro é muito sério, com competência e profissionalismo. A dr.ª Cristina Pedra tem feito um trabalho, junto com o departamento financeiro que é de louvar. Estamos a reorganizar as contas internas e o que prometemos à população é continuar a apoiar fiscalmente todos os munícipes, não agravando as contas dos funchalenses.

Uma das obras que prometeu foi o estacionamento no Largo do Município. É para avançar? Esse é um projecto que anunciámos, em campanha, e vamos concretizar. Espero lançar, muito brevemente, o caderno de encargos para a execução. O que pretendemos fazer é um con-

para pessoas com deficiência, pessoas idosas e, uma das novidades, para grávidas. Queremos ter mais pessoas no centro do Funchal.

A oposição acusa-o de não ouvir ninguém, por ter maioria absoluta. É verdade? Não compreendo isso porque, todas as semanas, ao contrário do que acontecia no passado, fiz questão de ter uma reunião de câmara, com todos os vereadores. O que tenho sentido, da parte da oposição, isso sim, é um trabalho muito pouco sério, uma oposição completamente alheada da realidade. Não foi por acaso que a população sentiu necessidade de mudar.

Começou com cinco vereadores do PSD e um do CDS e cinco independentes na oposição. Neste momento tem seis vereadores do PSD e na oposição já não são todos independentes. A coligação abanou? Duas coisas. Primeiro, o senhor vereador que agora é do PS e antes não era, Miguel Gouveia, esteve oito anos a ser pago, entre aspas, pelo PS. Enquanto deu jeito dizer que era independente, anunciou isso mas era uma falsa independência. Ele e o seu antecessor. Quanto ao CDS, temos uma coligação que quero honrar até ao final do mandato e vou trabalhar em estreita ligação. Não há decisão nenhuma que não tenha sido previamente falada



suas rendas. Se quisermos definir uma verdadeira política social e económica, de desenvolvimento e criação de postos de trabalho, para um concelho como o Funchal, temos de perceber o que se tem passado, ao nível social e demográfico. Entre 2010 e 2021, a Madeira perdeu 6% da população e o Funchal perdeu 5,5%. Em todos os escalões etários, o Funchal perdeu entre 2 a 5% da população. Só há um em que tivemos mais 5% que o escalão superior aos 75 anos. Temos uma sociedade envelhecida, com menos população activa. O objectivo, através do arrendamento e de programas de construção de habitação jovem em cooperativa, é ter mais pessoas a morar no centro do Funchal.

Os seus antecessores, quando entraram, disseram que herdaram uma dívida de mais de 100 milhões de euros e que,

condidas que foi o que encontrámos.

A redução da dívida não era real? Anunciar redução da dívida não contabilizando facturas de fornecedores, é mentir aos funchalenses e incorrer numa prática ilícita que as entidades competentes vão averiguar. Demos conhecimento do relatório ao Tribunal de Contas, à Direcção-Geral das Autarquias Locais e ao Ministério Público e quem de direito vai avaliar. Agora, tenho muito orgulho no trabalho que desenvolvemos, entre 2005 e 2013, permitimos um desenvolvimento sustentado do Funchal, com investimento em infra-estruturas, saneamento básico, obras viárias, habitação social.

E não encontrou obras em andamento quando chegou? O que assistimos, depois de 2013 até 2021, foi uma completa estagnação do Funchal em termos de investimento público. As

obras que encontrámos, quando aqui chegámos, estavam todas a decorrer, nenhuma estava terminada. Houve um mau planeamento, deixaram tudo para o final de mandato ou em período de eleições mas, por força de circunstâncias várias, houve atrasos, como é normal existir e o resultado foi que, em Novembro de 2021, tínhamos uma cidade toda esburacada. A única obra concluída era a da ciclovia que nos comprometemos em refazer, porque ninguém compreendia a existência daquela ciclovia naquele local. Concluímos o que estava a decorrer.

É por isso que o acusam de inaugurar o que os outros iniciaram? É preciso sermos verdadeiros e correctos nessa análise. Nem um município, nem um governo, param no tempo com ciclos eleitorais. Qualquer pessoa que suceda a outra tem sempre

curso de concepção, construção e exploração. No Largo do Município podemos ter entre 250 e 300 lugares de estacionamento, de acordo com o que prometemos.

Não eram 1500 lugares? Não, falámos foi de 1.500 lugares na baixa do Funchal. No Largo do Município serão 250 a 300, mas há outros projectos semelhantes, também para a baixa do Funchal, que vão dar à volta de 1.500 lugares. Ao contrário do que a oposição possa querer fazer passar, nós não queremos trazer mais viaturas para circulação na baixa do Funchal, queremos é que as pessoas tenham capacidade para estacionamento e, depois, circulem a pé, de bicicleta ou de trotinete. O que vamos fazer é um processo de alargamento de passeios, estreitamento de algumas faixas de rodagem, mais zonas de estacionamento

com a coligação. Iniciámos o mandato com a dra. Margarida Pocinho que, por razões de saúde, apresentou baixa médica e pediu prorrogação até final do mês de Setembro. O que procurámos foi encontrar, dentro dos quadros do CDS, alguém que tivesse competências para a área social que é um pelouro muito difícil. Tivemos a engenheira Isabel Cristina que desempenhou um papel muito positivo mas que, por motivos pessoais que eu compreendo, teve de regressar ao Governo Regional para formalizar o seu vínculo à função pública. Perante isso, a única pessoa que tinha formação na área social era do PSD. Tenho de dar os parabéns e louvar a postura do CDS pela compreensão e atitude de porer as necessidades da população e do município, à frente dos interesses partidários.